



Departamento de Administração Geral
Divisão de Logística e Gestão Patrimonial
Gabinete de Aprovisionamentos

Convite

Implementação do Programa de Suporte Básico de Vida (SBV)/ Desfibrilhação Automática Externa (DAE) no Município da Moita

Consulta Prévia

N.º 49/ConsP/CMM/2024

Parte I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Identificação e Objeto do Procedimento

1. Consulta Prévia ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O presente procedimento tem por objeto a Implementação do Programa de Suporte Básico de Vida (SBV)/ Desfibrilhação Automática Externa (DAE) no Município da Moita, de acordo com as características definidas no Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município da Moita, com sede no edifício dos Paços do Concelho na Praça da República, 2860-007 Moita Contactos: tel. 21 280 67 00, Fax 21 289 03 25 e Correio Eletrónico: gab.aprovisionamento@cm-moita.pt

Cláusula 3.ª

Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino, por despacho datado de 14 de agosto de 2024, no uso das suas competências próprias.

2. Tendo escolhido o procedimento de consulta prévia previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 16.º, do CCP, porque permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75 000,00 (setenta e cinco mil euros) de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, deste diploma e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 112.º a 129.º, do mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

O órgão com competência para prestar esclarecimentos no âmbito do artigo 50.º do Código dos Contratos Público é o Júri do procedimento, nomeado para o efeito e com competências delegadas por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino, datado de 14 de agosto de 2024, na informação proposta que deu origem ao presente procedimento.

Cláusula 5.ª

Pedidos de Esclarecimento e Erros e Omissões

1. Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento bem como lista dos erros e omissões detetados nas peças do procedimento deverão ser colocados à entidade adjudicante através da plataforma eletrónica com endereço <https://www.acingov.pt>, durante o primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª do presente documento.
2. Os esclarecimentos solicitados no âmbito do número anterior serão prestados pelo júri do procedimento por escrito até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª do presente documento.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado até ao termo do prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª do presente documento, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, nos termos previstos no artigo 50.º do CCP.
4. Quando o prazo fixado para apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª do presente documento deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. Quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado no n.º 1 da cláusula 8.ª do presente documento deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados.
8. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças

do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, serão disponibilizados através de correio eletrónico e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.

Cláusula 6.ª

Acesso às peças do procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
3. Para terem acesso à plataforma, os concorrentes deverão efetuar o login no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
4. Em caso de dúvida contacte a linha de apoio técnico da “AcinGov” 707451451, que funciona das 09h00 às 19h00, em dias úteis e o seguinte endereço apoio@acingov.pt.

Parte II

Propostas

Cláusula 7.ª

Proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite do qual faz parte integrante;
 - b) Além do documento referido na alínea anterior, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução deve apresentar uma proposta de preço que deverá referir obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - Preço global, sem inclusão do IVA e com a indicação da taxa legal aplicável;
 - c) Os concorrentes poderão ainda apresentar quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
3. A declaração referida na alínea a) do n.º 2 bem como a restante documentação devem ser assinados pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.
4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa. sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente
5. A Proposta apresentada pelo concorrente é considerada como totalmente incondicionada, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem da mesma Proposta ou de outros documentos que a acompanhem.

6. Não é admissível a apresentação de Proposta variante.
7. É Proposta variante a que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas às admitidas pelo caderno de encargos.

Cláusula 8.ª

Apresentação de Propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, até 23:59 horas do sexto dia, após o envio do convite à apresentação de propostas.
2. As propostas devem ser entregues através da plataforma eletrónica utilizada para o efeito no site <https://www.acingov.pt>, e assinadas eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada emitidos por entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos para apresentação da Proposta são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 9.ª

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 10.ª

Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 11.ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação das propostas será feita segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de empate será usado o seguinte critério de desempate: Apresentação de certificação SGA (Sistemas de Gestão Ambiental).
3. No caso de o empate persistir, é definido como 2.º critério de desempate o concorrente ser detentor de certificação PME.
4. No caso de o empate ainda persistir, é definido como 3.º critério de desempate, o sorteio entre as propostas empatadas.
 - 4.1 O sorteio será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via plataforma eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento
 - 4.2 O sorteio será realizado na presença do júri e dos representantes dos concorrentes empatados.

4.3 No final do sorteio será lavrada a respetiva ata, que será assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.

Cláusula 12.ª

Documentos de Habilitação

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1 - Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este Convite;
 - 1.2- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Certificado emitido pela entidade competente)
 - 1.3 - Comprovativo de submissão de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - 1.4 – Documento de início de atividade ou declaração finanças ou cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
 - 1.5 - Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual devera indicar o nome e os contatos: email e telefone.
 - 1.6 - Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga.
- 2- O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação será de **5 dias úteis** após notificação da adjudicação.
- 3- O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
- 4- O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º será de **5 dias úteis**.
- 5- Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 6- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
- 7- A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cláusula 13.ª

Caução ou Retenção

1. Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A Entidade Adjudicante poderá, se a execução do contrato assim o justificar, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 14.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o que não estiver especificado no presente Convite aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no diploma referido aplica-se a legislação nacional e comunitária, designadamente o Código de Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Anexo I

Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso do concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do art.º 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura⁴].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II

Modelo de Declaração

(Alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º,)

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁷] os documentos comprovativos de que a sua representada⁸ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura⁹].

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.